



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário - Área Judiciária

Caderno de Prova, Cargo J , Tipo 003
000000000000000000
00001-001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A

**Conhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos
Discursiva - Redação**

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém o tema da Prova Discursiva - Redação e o espaço destinado ao rascunho.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão objetiva que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- fazer a Prova Discursiva - Redação, usando para rascunho o espaço a ela reservado.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Em nenhuma hipótese o rascunho da Redação será considerado na correção.
- Não será permitido o uso de quaisquer outras folhas de papel para rascunho da Prova Discursiva - Redação.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4h30min para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas, bem como para elaborar a Redação e transcrevê-la para a Folha de Resposta correspondente.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a Folha de Resposta da Prova Discursiva - Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Janeiro/2006

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 12, considere a crônica (Texto I) e o poema (Texto II) que seguem.

Texto I

O jivaro

Um sr. Matter, que fez uma viagem de exploração à América do Sul, conta a um jornal sua conversa com um índio jivaro, desses que sabem reduzir a cabeça de um morto até ela ficar bem pequenina. Queria assistir a uma dessas operações, e o índio lhe disse que exatamente ele tinha contas a acertar com um inimigo.

O Sr. Matter:

– Não, não! Um homem, não. Faça isso com a cabeça de um macaco.

E o índio:

– Por que um macaco? Ele não me fez nenhum mal!

(Rubem Braga, **Recado de primavera**)

Texto II

Anedota búlgara

Era uma vez um czar naturalista

que caçava homens.

Quando lhe disseram que também se caçam borboletas

[e andorinhas ficou muito espantado

e achou uma barbaridade.

(Carlos Drummond de Andrade, **Alguma poesia**)

1. Os dois textos aproximam-se bastante quanto ao sentido de fundo, pois em ambos representa-se uma mesma
- (A) convicção moral: todo ato cruel atinge não apenas a vítima, mas o conjunto da humanidade.
 - (B) atitude arbitrária: a violência do mais forte justifica-se por si, dispensando-se qualquer explicação.
 - (C) norma jurídica: em todo julgamento será garantido ao réu o direito à mais ampla defesa.
 - (D) preocupação com a ética: só se justifica um ato de violência em resposta a uma ação excessivamente violenta.
 - (E) preocupação com a legitimidade: até mesmo o exercício da violência deve obedecer a algum critério.

2. Quanto às normas de concordância verbal, está inteiramente correta a frase:

- (A) Não costumam os chamados homens civilizados considerarem que a caça de borboletas e de andorinhas representem um ato de selvageria.
- (B) As "operações" a que se aludem nessa crônica referem-se à redução de uma cabeça humana a proporções mínimas.
- (C) A violência contra os homens, a quem perseguia como se persegue animais, pareciam ao czar mais natural do que a dirigida contra borboletas e andorinhas.
- (D) Subentendem-se, nas palavras do índio jivaro, que a morte e a redução da cabeça de alguém se dá como represália contra um inimigo.
- (E) Quem informou ao czar que também se caçam borboletas e andorinhas talvez não suspeitasse que isso causaria reações de espanto.

3. Tanto o espanto demonstrado pelo índio jivaro quanto o expresso pelo czar naturalista sugerem que

- (A) a bondade natural é pervertida pelos costumes da civilização.
- (B) os princípios da civilização têm um valor universal.
- (C) as diferenças culturais implicam a relativização dos valores.
- (D) a violência do homem civilizado é maior que a do primitivo.
- (E) os regimes totalitários regem-se pelos mesmos princípios.

4. No **Texto I**, a frase *que fez uma viagem de exploração à América do Sul* pode ser substituída por esta outra, igualmente correta, que preserva o sentido do contexto:

- (A) *tendo incursionado como explorador pela América do Sul.*
- (B) *ao incursionar à explorada América do Sul.*
- (C) *numa eventual exploração da América do Sul.*
- (D) *quando realizava uma viagem pela América do Sul.*
- (E) *numa viagem exploratória da América do Sul.*

<p>5. A transposição para a voz passiva de uma frase de um dos textos está correta em:</p> <p>(A) Nenhum mal ele lhe havia feito!</p> <p>(B) Uma dessas operações queria ser assistida pelo Sr. Matter.</p> <p>(C) Tinha contado a um jornal sua conversa com um índio jivaro.</p> <p>(D) A cabeça de um morto sabe reduzir-se até ficar bem pequenina.</p> <p>(E) Foi feita por ele uma viagem de exploração à América do Sul.</p>	<p>8. Está inteiramente correta a pontuação do seguinte período:</p> <p>(A) A curiosidade do explorador Matter, não deixava de ser mórbida, mas por vezes, somos levados a apreciar a crueldade, sem pensar no que, esta, significa para a vítima.</p> <p>(B) Certamente, os homens caçados pelo czar preferiam que este, como outros caçadores, tomasse como alvo apenas alguma borboleta, ou uma andorinha, ou mesmo um macaco.</p> <p>(C) Macacos, borboletas, e andorinhas, são, para muita gente, interessantes alvos de caça, mas não para o índio jivaro, nem tampouco, para o czar naturalista.</p> <p>(D) Tanto Rubem Braga em sua crônica, quanto Drummond, em seu poema motivam uma ampla discussão, acerca do que se pode ou não classificar, como uma ação bárbara.</p> <p>(E) Nunca ocorreu, ao Sr. Matter, que, um índio jivaro, tivesse qualquer critério para escolher aquele, de quem reduziria a cabeça.</p>
<p>6. Está clara e correta a redação do seguinte comentário sobre um dos textos:</p> <p>(A) O fato de haverem diferenças de forma entre os dois textos não eliminam as semelhanças de fundo que eles sugerem, numa leitura bem comparada.</p> <p>(B) O cronista Rubem Braga leu num jornal que um tal de Sr. Matter, numa viagem de exploração, travara um singular e revelador diálogo com um índio jivaro.</p> <p>(C) Depreende-se da crônica que o Sr. Matter não consideraria qualquer crueldade do índio a redução de uma cabeça de macaco, ainda que nada de mal o tivesse feito.</p> <p>(D) O poema de Drummond se inicia como uma história tradicional, cujo o começo de "era uma vez" localiza as ações num tempo em que ainda nem bem se determinou.</p> <p>(E) O termo "naturalista", empregado no poema, parece referir-se à uma ocupação com a natureza, apesar de que os seres caçados pelo czar tratavam-se de homens.</p>	<p>9. Estão corretas ambas as formas verbais sublinhadas na frase:</p> <p>(A) Alguém <u>interveio</u>, dizendo ao czar que a caça de borboletas e andorinhas <u>constitue-se</u>, para muitos homens, uma prática esportiva.</p> <p>(B) Alguém <u>interviewiu</u>, dizendo ao czar que a caça de borboletas e andorinhas <u>constitue</u>, para muitos homens, uma prática esportiva.</p> <p>(C) Alguém <u>interveio</u>, dizendo ao czar que a caça de borboletas <u>constitui</u>, para muitos homens, uma prática esportiva.</p> <p>(D) Alguém <u>interviewiu</u>, dizendo ao czar que a caça de borboletas e andorinhas <u>constitui</u>, para muitos homens, uma prática esportiva.</p> <p>(E) Alguém <u>interveio</u>, dizendo ao czar que a caça de borboletas e andorinhas <u>constitue</u>, para muitos homens, uma prática esportiva.</p>
<p>7. É adequado o emprego da expressão sublinhada na seguinte frase:</p> <p>(A) A barbaridade <u>à qual</u> serviu ao poeta de tema não costuma espantar os civilizados.</p> <p>(B) O jornal <u>de cujo</u> o Sr. Matter se valeu para contar sua história foi lido pelo cronista.</p> <p>(C) A notícia <u>à qual</u> se deparou o cronista estimulou-o a escrever uma crônica.</p> <p>(D) O índio jivaro, <u>com cuja</u> reação o Sr. Matter não contava, espantou-se com a proposta.</p> <p>(E) A barbaridade <u>com cuja</u> se espantou o czar era a caça de andorinhas e borboletas.</p>	<p>10. O czar caçava homens, <u>não ocorrendo ao czar</u> que, em vez <u>de homens</u>, se caçassem andorinhas e borboletas, parecendo-lhe uma barbaridade <u>levar andorinhas e borboletas</u> à morte.</p> <p>Evitam-se as repetições viciosas da frase acima substituindo-se, de forma correta, os elementos sublinhados por, respectivamente,</p> <p>(A) não lhe ocorrendo - destes - levá-las.</p> <p>(B) não o ocorrendo - de tais - levá-las.</p> <p>(C) não ocorrendo-lhe - dos mesmos - levar-lhes.</p> <p>(D) lhe não ocorrendo - destes - as levar-lhes.</p> <p>(E) não ocorrendo-o - dos cujos - as levarem.</p>

11. Faça isso com a cabeça de um macaco. (Texto I)

É exemplo de emprego do mesmo modo do verbo grifado acima UM dos verbos que aparecem na frase:

- (A) Espera-se que ele possa entender as razões de certos costumes em determinadas civilizações.
- (B) Não serão aceitas justificativas, quaisquer que sejam os motivos alegados.
- (C) Saiba que valores devem ser respeitados, em qualquer tempo e lugar.
- (D) Todo explorador desejaria entender como se reduzem cabeças.
- (E) É necessária a existência de critério que justifique determinados atos de violência.

12. Quando lhe disseram que também se caçam borboletas e andorinhas... (Texto II)

A frase do **Texto I** cujo verbo, também grifado, apresenta regência idêntica à do grifado na frase acima é:

- (A) Ele não me fez nenhum mal!
- (B) ... que fez uma viagem de exploração à América do Sul...
- (C) ... que sabem reduzir a cabeça de um morto...
- (D) Queria assistir a uma dessas operações...
- (E) ... que ele tinha contas a acertar...

13. No início do mês de novembro de 2005, a Cúpula das Américas reuniu os dirigentes de 34 países americanos em Mar Del Plata (Argentina). Na pauta do presidente George W. Bush, constou o apelo para que

- (A) o embargo econômico a Cuba continuasse vigorando, medida que foi recusada por todos os dirigentes latino-americanos.
- (B) as discussões sobre a Alca fossem retomadas, fato que foi recusado por países como Brasil, Argentina e Venezuela.
- (C) a posição dos Estados Unidos frente ao Iraque fosse ratificada pelos presentes, fato que foi recusado pelos países do Pacto Andino.
- (D) o comércio dos países americanos com a China fosse diminuído, sugestão prontamente apoiada pelo Canadá e pelo México.
- (E) a emigração de latino-americanos para os Estados Unidos fosse controlada, apelo prontamente acatado pelos outros participantes.

14. “Uma imagem vale mais do que mil palavras”.

(Marshall Macluhan)



(In: Elian Alabi Lucci. **Geografia: o homem no espaço global**. São Paulo: Saraiva)

A foto acima permite concluir que

- (A) durante a primeira eleição em que lhes é permitido votar, mulheres islâmicas demonstram permanecer em dúvida quanto à aceitação ou não dos valores representados pelas bandeiras.
- (B) mulheres islâmicas manifestam apoio a movimentos religiosos muçulmanos em prol da igualdade de direitos entre homens e mulheres.
- (C) de acordo com o fundamentalismo islâmico, os valores dos Estados Unidos da América, o “Grande Satã”, constituem uma ameaça à sociedade muçulmana.
- (D) para os povos muçulmanos, é de fundamental importância a interação dos árabes com os países da União Européia, para combater o “país do mal”.
- (E) mulheres xiitas, ao defenderem os princípios do individualismo e da propriedade privada, acabam por respeitar os mesmos valores das sociedades ocidentais.

<p>15. O Tribunal Penal Internacional (TPI), com sede em Haia, na Holanda, é um órgão judiciário permanente, criado após anos de negociações na Organização das Nações Unidas (ONU). (...) É composto de 99 nações (junho de 2005), incluindo o Brasil, mas não é aceito pelos EUA, pela Federação Russa nem pela China que seus cidadãos sejam submetidos a qualquer sistema de Justiça além daquele do seu país.</p> <p style="text-align: right;">(Almanaque Abril. ed. 2, 2006)</p>	<p>17. A parte de um disco físico que funciona como se fosse um disco fisicamente separado denomina-se</p> <p>(A) seção.</p> <p>(B) trilha.</p> <p>(C) setor.</p> <p>(D) partição.</p> <p>(E) cilindro.</p>
<p>A respeito do TPI sabe-se que</p> <p>(A) também tem sob sua alçada o terrorismo, desde que haja consenso a respeito do assunto entre os países que o compõem, como ocorre com os EUA e parte da UE.</p> <p>(B) é resultante do Tratado de Madri, de 1998, e começou a funcionar em 1º de julho de 2002; por isso só podem ser julgados crimes ocorridos depois de sua criação.</p> <p>(C) assim como outras cortes internacionais, está apto a julgar indivíduos que não tenham sido punidos na nação de origem.</p> <p>(D) tem como obrigações, entre outras, investigar e julgar indivíduos acusados de estelionato, latrocínio, escravidão, genocídio e crimes de guerra.</p> <p>(E) tem competência para julgar crimes transnacionais com conseqüências para vários países, como tráfico de órgãos humanos e de animais, tráfico de drogas e crimes ambientais.</p>	<p>18. Na Internet, <i>plug in</i> significa</p> <p>(A) a conexão realizada em um <i>website</i>.</p> <p>(B) um hardware que é reconhecido automaticamente pelo <i>browser</i>.</p> <p>(C) um software que é acoplado a um aplicativo para ampliar suas funções.</p> <p>(D) um hardware que é reconhecido automaticamente pelo sistema operacional.</p> <p>(E) um <i>link</i> presente em uma página Web.</p>
<p>16. O dramaturgo inglês Harold Pinter esteve recentemente nos jornais por</p> <p>(A) ser o maior autor de <i>best-sellers</i> ingleses nos últimos dez anos, principalmente devido a suas lacônicas personagens.</p> <p>(B) confessar, numa entrevista ao <i>New York Times</i>, sua ainda presente admiração pelo presidente Bush e pelo primeiro-ministro Blair, apesar de alguns erros na política interna de ambos.</p> <p>(C) ter defendido na UE a união de pessoas do mesmo sexo, mesmo contra as religiões cristãs predominantes.</p> <p>(D) ter recebido o Prêmio Nobel de Literatura, a cuja cerimônia de entrega não pôde comparecer, devido a problemas de saúde.</p> <p>(E) emitir opinião desabonadora acerca da rainha da Inglaterra, em cerimônia em que era sagrado <i>Sir</i>.</p>	<p>19. Para que um documento <i>Word</i> tenha um cabeçalho diferente na primeira página, em relação às demais páginas, deve-se assinalar a caixa de seleção correspondente na</p> <p>(A) opção Cabeçalho e rodapé, no menu Formatar.</p> <p>(B) opção Cabeçalho e rodapé, no menu Exibir.</p> <p>(C) aba Margens, em Configurar página, no menu Arquivo.</p> <p>(D) aba Editar, em Opções no menu Ferramentas.</p> <p>(E) aba <i>Layout</i>, em Configurar página, no menu Arquivo.</p> <p>20. Para organizar todas as janelas abertas na área de trabalho do <i>Windows XP</i> deve-se clicar com o botão direito do mouse em</p> <p>(A) uma área vazia da área de trabalho e selecionar o tipo de organização desejada.</p> <p>(B) uma área vazia da barra de tarefas e selecionar o tipo de organização desejada.</p> <p>(C) uma área vazia da barra de ferramentas e selecionar o tipo de organização desejada.</p> <p>(D) cada tarefa aberta na barra de tarefas e selecionar o tipo de organização desejada.</p> <p>(E) cada tarefa aberta na barra de ferramentas e selecionar o tipo de organização desejada.</p>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Segundo a Constituição Federal, a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, deverá observar, além de outros princípios, o seguinte:

- (A) a proibição de acumulação remunerada de cargos públicos, ainda quando houver compatibilidade de horários e nos casos legais, não abrange empregos e funções de autarquias, empresas públicas e sociedade de economia mista.
- (B) a administração fazendária e seus servidores fiscais, não poderão ainda que dentro de suas áreas de competência e jurisdição, exercer precedência sobre os demais setores administrativos.
- (C) independe de autorização legislativa, a criação de subsidiárias de autarquias e fundações, salvo quando tiverem participação em empresas públicas transnacionais.
- (D) os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados ou acumulados para fim de concessão de acréscimos ulteriores.
- (E) somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.

22. Das decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais somente caberá recurso quando:

- (A) forem proferidas contra disposição expressa de resolução ou uniformização de jurisprudência dos próprios Tribunais Regionais Eleitorais.
- (B) versarem sobre elegibilidade ou cassação de diplomas nas eleições estaduais e municipais.
- (C) concederem *habeas-corporis*, mandado de segurança, *habeas-data* ou mandado de injunção.
- (D) anularem diplomas ou decretarem a perda de mandatos eletivos federais ou estaduais.
- (E) ocorrer divergência na interpretação de resolução entre dois ou mais tribunais, juízos eleitorais e juntas eleitorais.

23. Caberá o mandado de segurança, dentre outras hipóteses, contra

- (A) ato disciplinar, ainda que amparado por *habeas-corporis* ou *habeas-data*.
- (B) sentença que não tenha recurso próprio processual, ou se previsto recurso, não seja ele apto a impedir os efeitos lesivos de maneira pronta, por falta do seu efeito suspensivo.
- (C) ordem de qualquer servidor quando houver recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução.
- (D) decisão judicial interlocutória para a qual haja recurso processual eficaz.
- (E) despacho judicial, ainda que previsto recurso processual, ou possa ser corrigido prontamente por via de correção.

24. Considere as assertivas abaixo.

- I. Se, decorridos trinta dias da data fixada para o início do exercício, o Presidente, salvo por motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.
- II. Vagando o cargo de Presidente da República, far-se-á eleição sessenta dias depois de aberta a última vaga.
- III. Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão chamados ao exercício da Presidência, sucessivamente, o Presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal.
- IV. Ocorrendo a vacância dos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República nos últimos dois anos do período presidencial, a eleição para ambos os cargos será feita trinta dias depois da última vaga, pelo Congresso Nacional, na forma da lei e os eleitos deverão completar o período de seus antecessores.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e IV.
- (B) III e IV.
- (C) I e II.
- (D) I e III.
- (E) II e III.

25. Dentre outras atribuições, compete ao Superior Tribunal Eleitoral

- (A) dividir a Zona em Seções Eleitorais, expedir títulos eleitorais e conceder transferência de eleitor.
- (B) processar e julgar originariamente o registro e o cancelamento de registro de candidatos a Governador e Vice-Governador dos Estados.
- (C) julgar os recursos interpostos dos atos e das decisões proferidas pelos Juízes e Juntas Eleitorais.
- (D) elaborar o Regimento Interno dos Tribunais Regionais Eleitorais dos Estados da Federação.
- (E) processar e julgar originariamente a suspeição ou impedimento ao Procurador-Geral Eleitoral.

26. Também fazem parte da composição dos Tribunais Regionais Eleitorais:

- (A) um juiz do Superior Tribunal de Justiça, escolhido, mediante eleição e pelo voto secreto, pelo Supremo Tribunal Federal.
- (B) dois juízes, dentre os desembargadores do Tribunal de Justiça, indicados em lista sêxtupla e nomeados pelo Presidente da República.
- (C) dois juízes, escolhidos pelo Tribunal de Justiça, mediante eleição e pelo voto secreto, dentre Juízes de Direito.
- (D) dois juízes, dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, escolhidos, mediante eleição, pela Ordem dos Advogados do Brasil.
- (E) um juiz do Tribunal Regional Federal com sede na capital do Estado, nomeado por livre escolha do Presidente da República.

<p>27. A impugnação de registro ao cargo de Senador poderá ser feita</p> <p>(A) por qualquer candidato, partido político, coligação, ou pelo Ministério Público, em petição fundamentada, no prazo de 5 dias contados da publicação do pedido de registro, perante o Tribunal Regional Eleitoral competente.</p> <p>(B) por qualquer candidato, partido político, coligação, ou pelo Ministério Público, em petição fundamentada, no prazo de 10 dias contados da publicação do pedido de registro, perante o Tribunal Superior Eleitoral.</p> <p>(C) por qualquer candidato, partido político, coligação, ou pelo Ministério Público, em petição fundamentada, no prazo de 5 dias contados da publicação do pedido de registro, perante o Tribunal Superior Eleitoral.</p> <p>(D) apenas pelo Ministério Público Eleitoral, em petição fundamentada, no prazo de 5 dias contados da publicação do pedido de registro, perante o Tribunal Regional Eleitoral competente.</p> <p>(E) apenas pelos candidatos, partidos políticos e coligações, em petição fundamentada, no prazo de 3 dias contados da publicação do pedido de registro, perante o Tribunal Superior Eleitoral.</p>	<p>31. Aos agentes públicos, servidores ou não, nos três meses que antecedem o pleito até a posse dos eleitos, dentre outros casos, proíbe-se a</p> <p>(A) demissão sem justa causa de servidor público, na respectiva circunscrição.</p> <p>(B) remoção <i>ex officio</i> de agentes penitenciários.</p> <p>(C) nomeação dos aprovados em concursos públicos homologados até o início desse prazo.</p> <p>(D) exoneração de cargos em comissão.</p> <p>(E) nomeação para cargos do Ministério Público.</p>
<p>28. É de 4 meses o prazo de desincompatibilização para candidatar-se ao cargo de Prefeito Municipal de quem é</p> <p>(A) proprietário de emissora radiofônica.</p> <p>(B) auditor de finanças públicas.</p> <p>(C) diretor e vice-diretor de escola pública.</p> <p>(D) presidente de partido político.</p> <p>(E) assessor especial de Ministro.</p>	<p>32. Dentre outros, NÃO constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública, ficando o responsável pelo ato sujeito às cominações legais específicas, assim como, sanções penais, civis e administrativas, quando</p> <p>(A) deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo.</p> <p>(B) praticar ato visando a fim diverso daquele previsto na regra de competência.</p> <p>(C) negar publicidade aos atos oficiais .</p> <p>(D) frustrar a licitude de concurso público.</p> <p>(E) retardar ou deixar de praticar, em qualquer hipótese, ato de ofício.</p>
<p>29. Em relação à coligação, é correto afirmar:</p> <p>(A) Na propaganda para eleição proporcional, é obrigatória a utilização das legendas de todos os partidos que integram a coligação.</p> <p>(B) Na chapa da coligação podem inscrever-se candidatos filiados a qualquer partido político dela integrante.</p> <p>(C) Na propaganda para eleição majoritária, cada partido poderá usar apenas sua legenda sob o nome da coligação.</p> <p>(D) A coligação não funciona como partido político no relacionamento com a Justiça Eleitoral e no trato dos interesses interpartidários.</p> <p>(E) Os partidos que integram a coligação poderão nomear quantos delegados quiserem para representá-la perante o Tribunal Regional Eleitoral.</p>	<p>33. É correto afirmar que os órgãos públicos, a exemplo dos Ministérios, Secretarias Estaduais e Municipais</p> <p>(A) têm relação interorgânica e não interpessoal ou intersubjetiva.</p> <p>(B) se distinguem do Estado, por serem autônomas.</p> <p>(C) são pessoas, sujeitos de direitos e obrigações .</p> <p>(D) não têm personalidade jurídica.</p> <p>(E) têm relação de representação com a vontade do agente público.</p>
<p>30. Nos processos das infrações penais definidas no Código Eleitoral, os prazos para oferecimento de denúncia pelo Ministério Público, para o réu ou seu defensor oferecer alegações escritas e arrolar testemunhas e para oferecimento de recurso para o Tribunal Regional das decisões finais de condenação ou absolvição, serão de</p> <p>(A) 15 dias, 10 dias e 15 dias, respectivamente.</p> <p>(B) 15 dias, 3 dias e 5 dias, respectivamente.</p> <p>(C) 15 dias, para todas as hipóteses.</p> <p>(D) 10 dias, 3 dias e 5 dias, respectivamente.</p> <p>(E) 10 dias, para todas as hipóteses.</p>	<p>34. Em matéria de contrato administrativo considere:</p> <p>I. O descumprimento do contrato pode ser do particular contratado, porque a Administração Pública, por sua natureza, não descumpra o ajuste.</p> <p>II. Constitui descumprimento do contrato a alteração unilateral do objeto contratual, ainda que sejam observados os limites fixados legalmente.</p> <p>III. A inexecução é o descumprimento, parcial ou total, do contrato, com ou sem culpa da parte inadimplente.</p> <p>IV. O particular que contrata com a Administração Pública não tem como submetê-la ao regime de sanções de natureza administrativa.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) III e IV.</p> <p>(B) II e IV.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) I e III.</p> <p>(E) I e II.</p>

<p>35. Tendo em vista os poderes administrativos, é certo que</p> <p>(A) o poder regulamentar é o que têm os chefes do Executivo, Legislativo e Judiciário, para detalhar a lei por decreto, podendo, em certos casos, ir além da norma legal.</p> <p>(B) face à correlação entre o poder hierárquico e o poder disciplinar, assim como entre este e o poder de polícia, eles se confundem entre si, podendo caracterizar apenas uma situação.</p> <p>(C) o poder de polícia pode ser arbitrário, sendo sempre discricionário, podendo restringir ou suprimir o direito individual.</p> <p>(D) não há hierarquia nos Poderes Judiciário e Legislativo no que tange às suas funções típicas constitucionais, mas há hierarquia quando se trata das funções atípicas ou administrativas desses poderes.</p> <p>(E) embora seja vinculado na aplicação de sanções, o poder disciplinar é facultativo, e sua inércia só constitui infração administrativa.</p>	<p>39. Com relação a responsabilidade civil considere as seguintes assertivas:</p> <p>I. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.</p> <p>II. A responsabilidade civil é dependente da criminal, podendo, inclusive, ser questionada sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.</p> <p>III. Os bens do responsável pela ofensa ou violação do direito de outrem ficam sujeitos à reparação do dano causado; e, se a ofensa tiver mais de um autor, todos responderão solidariamente pela reparação.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) II.</p> <p>(B) II e III.</p> <p>(C) I.</p> <p>(D) I e II.</p> <p>(E) I e III.</p>
<p>36. Prescreve em um ano a pretensão</p> <p>(A) dos profissionais liberais em geral, procuradores judiciais, curadores e professores pelos seus honorários.</p> <p>(B) para haver o pagamento de título de crédito, a contar do vencimento, ressalvadas as disposições de lei especial.</p> <p>(C) para haver juros, dividendos ou quaisquer prestações acessórias, pagáveis, em períodos não maiores de um ano, com capitalização ou sem ela.</p> <p>(D) de restituição dos lucros ou dividendos recebidos de má-fé, correndo o prazo da data em que foi deliberada a distribuição.</p> <p>(E) dos tabeliões, auxiliares da justiça, serventuários judiciais, árbitros e peritos, pela percepção de emolumentos, custas e honorários.</p>	<p>40. É certo que o juiz</p> <p>(A) somente poderá tentar conciliar as partes em audiência para esse fim especialmente designada, não podendo fazê-lo em outra fase do processo.</p> <p>(B) deverá eximir-se de sentenciar ou despachar se houver lacuna ou obscuridade da lei.</p> <p>(C) decidirá a lide nos limites em que foi proposta, sendo-lhe defeso conhecer de questões não suscitadas, a cujo respeito a lei exige a iniciativa da parte.</p> <p>(D) não poderá determinar a produção de provas necessárias à instrução do processo se não houver requerimento das partes a respeito.</p> <p>(E) apreciará a prova se atende apenas aos fatos e circunstâncias alegados pelas partes.</p>
<p>37. Iris é pródiga. Caio, por deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática pessoal dos atos da vida civil. Tício é excepcional, sem desenvolvimento mental completo. Com relação a capacidade para exercer pessoalmente os atos da vida civil, Iris, Caio e Tício são, respectivamente,</p> <p>(A) absolutamente, relativamente e relativamente incapazes.</p> <p>(B) absolutamente, absolutamente e relativamente incapazes.</p> <p>(C) absolutamente, relativamente e absolutamente incapazes.</p> <p>(D) relativamente, absolutamente e relativamente incapazes.</p> <p>(E) relativamente, relativamente e absolutamente incapazes.</p>	<p>41. Extingue-se o processo, sem julgamento do mérito, quando o</p> <p>(A) autor renunciar ao direito sobre que se funda a ação.</p> <p>(B) juiz acolher ou rejeitar o pedido do autor.</p> <p>(C) juiz acolher a alegação de perempção.</p> <p>(D) réu reconhecer a procedência do pedido.</p> <p>(E) juiz pronunciar a decadência ou a prescrição.</p>
<p>38. Com relação à nulidade e à anulabilidade do negócio jurídico é certo que</p> <p>(A) é nulo o negócio jurídico simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma.</p> <p>(B) o negócio jurídico nulo é suscetível de confirmação, e convalesce pelo decurso do tempo.</p> <p>(C) é anulável o negócio jurídico quando o motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito.</p> <p>(D) é nulo o negócio jurídico por vício resultante de estado de perigo, lesão ou fraude contra credores.</p> <p>(E) as nulidades devem ser pronunciadas pelo juiz, quando conhecer do negócio jurídico, sendo-lhe, em qualquer hipótese, permitido supri-las.</p>	<p>42. Considere as seguintes provas:</p> <p>I. Depoimento pessoal do autor.</p> <p>II. Inquirição de testemunhas arroladas pelo autor.</p> <p>III. Depoimento pessoal do réu.</p> <p>IV. Inquirição de testemunhas arroladas pelo réu.</p> <p>V. Esclarecimentos do perito e dos assistentes técnicos.</p> <p>Serão produzidas na audiência na ordem indicada em</p> <p>(A) II, V, I, III e IV.</p> <p>(B) V, I, III, II e IV.</p> <p>(C) I, III, II, IV e V.</p> <p>(D) I, II, III, IV e V.</p> <p>(E) II, IV, I, III e V.</p>

<p>43. Com relação aos auxiliares da justiça é correto afirmar:</p> <p>(A) O perito e o intérprete, em razão das peculiaridades de sua atuação, não podem ser considerados auxiliares da justiça.</p> <p>(B) O escrivão e o oficial de justiça serão civilmente responsáveis quando praticarem ato nulo com dolo, mas não com culpa.</p> <p>(C) Incumbe ao oficial de justiça redigir, em forma legal, os ofícios, mandados, cartas precatórias e mais atos que pertencem ao seu ofício.</p> <p>(D) Em cada juízo haverá apenas um oficial de justiça, cujas atribuições são determinadas pelas normas de organização judiciária.</p> <p>(E) No impedimento do escrivão, o juiz convocar-lhe-á o substituto, e, não o havendo, nomeará pessoa idônea para o ato.</p>	<p>46. Em relação ao crime de peculato culposo, no qual o funcionário, por negligência, imprudência ou imperícia, permite que haja apropriação ou desvio, subtração ou concurso para esta, por outrem (art. 312, parágrafo 2º, do Código Penal),</p> <p>(A) o elemento subjetivo do crime é a vontade firme, definida e consciente de permitir com que outrem se aproprie, desvie ou subtraia bem ou valor da administração pública.</p> <p>(B) é possível a tentativa, na hipótese do funcionário que inicia culposamente os atos de facilitação, porém não conseguindo consumar o prejuízo.</p> <p>(C) a restituição do objeto do crime ou sua apreensão posterior, descaracteriza o delito.</p> <p>(D) se a reparação do dano é posterior à sentença recorrível, a pena imposta será reduzida em até um terço.</p> <p>(E) a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, extingue a punibilidade.</p>
<p>44. No concurso de pessoas, previsto no art. 29 do Código Penal,</p> <p>(A) admite-se a co-autoria em crime omissivo próprio, não se admitindo, porém, a participação.</p> <p>(B) é possível a autoria mediata em qualquer infração Penal.</p> <p>(C) partícipe é quem realiza diretamente a ação ou omissão típica.</p> <p>(D) exige-se para a sua caracterização, além de outros requisitos, o liame subjetivo entre agente e identidade de fato.</p> <p>(E) no crime culposo não é possível a ocorrência da co-autoria.</p>	<p>47. Quanto às penas, considere:</p> <p>I. Podem iniciar o cumprimento da pena em regime semi-aberto os não-reincidentes condenados à pena de reclusão superior a dois anos e não excedente a seis.</p> <p>II. Estão obrigatoriamente sujeitos ao regime fechado, no início do cumprimento da pena, os condenados não-reincidentes, cuja pena seja superior a seis anos.</p> <p>III. O condenado não-reincidente, cuja pena seja igual ou inferior a quatro anos, poderá, desde o início, cumpri-la em regime aberto.</p> <p>IV. Os condenados por crime contra a administração pública terão a progressão de regime do cumprimento da pena condicionada, dentre outras hipóteses, à devolução do produto do ilícito praticado, com os acréscimos legais.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) III e IV.</p> <p>(B) I e II.</p> <p>(C) I e IV.</p> <p>(D) II e III.</p> <p>(E) II e IV.</p>
<p>45. Considerando os princípios que regulam a aplicação da lei penal no tempo, pode-se afirmar que</p> <p>(A) não se aplica a lei nova, mesmo que favoreça o agente de outra forma, caso se esteja procedendo à execução da sentença, em razão da imutabilidade da coisa julgada.</p> <p>(B) pela <i>abolitio criminis</i> se fazem desaparecer o delito e todos os seus reflexos penais, permanecendo apenas os civis.</p> <p>(C) em regra, nas chamadas leis penais em branco com caráter excepcional ou temporário, revogada ou alterada a norma complementar, desaparecerá o crime.</p> <p>(D) a lei excepcional ou temporária embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, não se aplica ao fato praticado durante a sua vigência.</p> <p>(E) permanecendo na lei nova a definição do crime, mas aumentadas suas conseqüências penais, esta norma será aplicada ao autor do fato.</p>	

Instruções: Para responder às questões de números 48 e 49 utilize a chave abaixo.

- (A) Está correto o que se afirma apenas em II, III e IV.
- (B) Está correto o que se afirma apenas em I e II.
- (C) Está correto o que se afirma apenas em II e III.
- (D) Está correto o que se afirma apenas em III e IV.
- (E) Está correto o que se afirma apenas em I, II e III.

48. Quanto à prisão e suas espécies, considere as assertivas abaixo.

- I. A prisão temporária tem cabimento tanto na fase judicial, quanto no inquérito policial, podendo ser decretada pelo juiz ou pela autoridade policial, de ofício ou mediante representação.
- II. A prisão preventiva não tem prazo determinado em lei, podendo ser readequada em havendo alteração na situação fática que a autorizou.
- III. A prisão temporária, ressalvados os crimes hediondos, é sempre de cinco dias prorrogável por igual período.
- IV. A prisão preventiva tem como finalidade permitir a realização de diligências imprescindíveis à investigação de um fato delituoso.

49. Em relação à competência no processo penal, considere as assertivas abaixo.

- I. Conexão instrumental é aquela que decorre da pluralidade de sujeitos do crime e de uma única conduta, com vários resultados.
- II. Ocorre a prevenção, quando anteriormente à propositura da ação ou no concurso dela, um juiz, dentre diversos outros da mesma forma competentes, pratica algum ato processual.
- III. Foro subsidiário é aquele fixado na hipótese em que não for conhecido o lugar da infração, passando o foro a ser o do domicílio ou residência do réu.
- IV. Em regra a competência deve ser fixada pelo lugar onde se consumou o delito ou, no caso de tentativa, onde foi praticado o último ato executório.

50. Difere a jurisdição contenciosa penal da jurisdição voluntária, dentre outros aspectos, porque na primeira

- (A) existe procedimento, na voluntária existe processo.
- (B) existe sentença terminativa, na voluntária decisão terminativa.
- (C) a decisão faz coisa julgada material, na voluntária a decisão somente faz coisa julgada formal.
- (D) não existe ação, mas pedido, enquanto na voluntária existe ação.
- (E) não existe lide.

51. Em relação ao *habeas-corpus*, é certo afirmar que

- (A) em sede de *habeas-corpus*, não é admitido o reconhecimento de nulidade de ato processual, pois ele alcança tão-somente ato constitutivo diretamente ligada a liberdade do réu.
- (B) qualquer pessoa, física ou jurídica, nacional ou estrangeira, pode impetrar o *habeas-corpus*, seja em seu próprio benefício ou em favor de terceiro, independentemente de habilitação técnica para tanto.
- (C) o Ministério Público, por ser o titular da ação penal pública e privada, não tem legitimidade para impetrar *habeas-corpus*.
- (D) denegado o *habeas-corpus*, deve o juiz de ofício, submeter a sua decisão ao exame da instância superior.
- (E) a concessão ou não de *habeas-corpus*, não provoca qualquer influência na tramitação do processo crime, apenas interfere na liberdade de locomoção do paciente.

Atenção: As questões de números 52 a 54, referem-se à Lei nº 8.112/90 (dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União).

52. A respeito da vacância de cargo público, considere as assertivas:

- I. A promoção, a posse em outro cargo inacumulável e a readaptação são hipóteses de vacância do cargo público.
- II. A exoneração de cargo em comissão não pode ocorrer a juízo da autoridade competente, mas apenas a pedido do próprio servidor.
- III. Quando, não satisfeitas as condições do estágio probatório ocorrerá a exoneração de ofício.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e III.
- (B) I.
- (C) I e II.
- (D) I e III.
- (E) II.

53. Com relação ao provimento de cargo público, é correto afirmar que

- (A) a investidura em cargo público ocorrerá com a aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos.
- (B) a quitação com as obrigações eleitorais, bem como a idade mínima de 21 anos se incluem entre os requisitos básicos para a investidura em cargo público.
- (C) as universidades e instituições de pesquisa científica e tecnológica federais poderão prover seus cargos com professores, técnicos e cientistas estrangeiros.
- (D) a reintegração, a readaptação e a reversão não são formas de provimento de cargo público.
- (E) às pessoas portadoras de deficiência serão reservadas até 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas em concurso público.

<p>54. Com relação às penalidades disciplinares, é correto afirmar:</p> <p>(A) A penalidade de advertência terá seu registro cancelado, após o decurso de 3 anos de efetivo exercício, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.</p> <p>(B) Será punido com advertência escrita o servidor que, injustificadamente, recusar-se a ser submetido a inspeção médica determinada pela autoridade competente.</p> <p>(C) A utilização de pessoal ou de recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares, acarretará a aplicação somente das penalidades de advertência e suspensão.</p> <p>(D) Quando se tratar de cassação de aposentadoria, a penalidade disciplinar será aplicada pelo chefe da repartição.</p> <p>(E) A ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem, acarretará a aplicação somente das penalidades de advertência e suspensão.</p>	<p>57. Dos atos, resoluções, ou decisões dos Membros do Tribunal e dos Juizes ou Juntas eleitorais, caberá recurso para o Tribunal. Os recursos</p> <p>(A) deverão ser interpostos em 48 horas da publicação do ato, resolução ou decisão, sempre que a lei não fixar prazo especial.</p> <p>(B) eleitorais, como regra, terão efeitos suspensivos, e a execução de qualquer acórdão não é feita, necessariamente, de imediato.</p> <p>(C) serão admitidos contra a votação ou a apuração, mesmo que não tenha havido tempestivo protesto contra as irregularidades ou nulidades argüidas.</p> <p>(D) serão distribuídos a um relator pela ordem rigorosa de antigüidade dos respectivos membros, sob pena de nulidade de qualquer ato ou decisão do relator ou do Tribunal.</p> <p>(E) não terão prazos preclusivos para interposição, exceto quando nestes se discutir matéria constitucional.</p>
<p><u>Atenção:</u> As questões de números 55 a 57 referem-se ao Regimento Interno do TRE-AP, Resolução nº 107/96.</p> <p>55. Os atos de nomear, fazer progressão, exonerar, demitir e aposentar os funcionários do Quadro Permanente da Secretaria, nos termos da lei, competem ao</p> <p>(A) Diretor Geral da Secretaria.</p> <p>(B) Presidente do Tribunal.</p> <p>(C) Corregedor Regional Eleitoral.</p> <p>(D) Vice- Presidente do Tribunal.</p> <p>(E) Procurador Regional.</p>	<p>58. Em eleições municipais para</p> <p>(A) Prefeito, o segundo turno será realizado se requerido pela maioria dos partidos políticos.</p> <p>(B) Vereadores poderá ser realizado, excepcionalmente, o segundo turno a critério dos Tribunais Regionais Eleitorais.</p> <p>(C) Prefeito e Vice-Prefeito o segundo turno será realizado apenas nas Capitais dos Estados.</p> <p>(D) Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores o segundo turno será realizado se o Estado tiver mais de 500.000 eleitores.</p> <p>(E) Vereadores, não poderá, em qualquer hipótese, haver o segundo turno.</p>
<p>56. Com relação à exceção de suspeição ou impedimento prevista na Resolução 107/1996, é correto afirmar:</p> <p>(A) Se o excepto reconhecer a sua suspeição, o relator mandará que os autos voltem ao Presidente, que tomará as providências conseqüentes.</p> <p>(B) A parcialidade partidária por si só não legitima a argüição de suspeição ou impedimento.</p> <p>(C) Será legítima a suspeição, mesmo quando o excipiente a provocar ou, depois de manifestada a causa, praticar ato que importe aceitação do argüido.</p> <p>(D) A exceção de impedimento do Diretor Geral da Secretaria deverá ser oposta no prazo de 48 horas a contar da distribuição.</p> <p>(E) Logo que receber os autos da exceção o relator determinará que, em 48 horas, se pronuncie o excepto.</p>	<p>59. Sobre o número total do eleitorado, fixado no mês de julho de 2.005, em 332.589 eleitores, no Estado do Amapá, verificou-se que o eleitorado do Município de Santana, compreendia a percentagem de</p> <p>(A) 17,23 %</p> <p>(B) 16,82 %</p> <p>(C) 15,48 %</p> <p>(D) 14,76 %</p> <p>(E) 13,74 %</p> <p>60. No que diz respeito ao segundo turno em eleições municipais, considere :</p> <p>I. Na última eleição municipal no Estado do Amapá não houve o segundo turno no Município de Macapá, porque à época contava com um número inferior a duzentos mil eleitores.</p> <p>II. O segundo turno nas eleições municipais sendo uma continuação da primeira eleição, não pode ser considerada uma eleição distinta, mesmo porque o voto torna-se facultativo.</p> <p>III. Os Municípios de Pracuúba e de Serra do Navio, até o mês de julho de 2005, se classificavam, respectivamente, como os de menor número de eleitores, acrescentando que não houve segundo turno em qualquer deles.</p> <p>Nesses casos, está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) III.</p> <p>(B) I e III.</p> <p>(C) I e II.</p> <p>(D) I.</p> <p>(E) II e III.</p>

